



La Política exterior de Cristina Fernández al finalizar su mandato

*La Política exterior de Cristina Fernández
al finalizar su mandato*, Bologna,

Alfredo Bruno (2015), compilador, UNR, Rosario.

Desde sua fundação, em 1988, o *Centro de Relaciones Internacionales de Rosario* (CERIR) desenvolve intensa atividade acadêmica multidisciplinar na área de relações internacionais, em particular sobre o tema da política exterior argentina. Em 1994, é criado o *Programa de Seguimiento de la Política Exterior Argentina* que, no mesmo ano, publica o primeiro volume coletivo referente aos resultados das pesquisas de seus membros,

docentes da *Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario* e pesquisadores e bolsistas do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET).

A publicação, em 2014, do volume VI aqui resenhado, comprova o sucesso daquela iniciativa que foi renovada e atualizada. Nele participam não só membros do CERIR, mas também autores

convidados, o que reforça o apreço por um enfoque abrangente e sempre preocupado em oferecer uma visão autônoma, conservando-se independente de filiações políticas e ideológicas.

O volume VI, intitulado *La Política exterior de Cristina Fernández al finalizar su mandato*, é composto por dezoito trabalhos estruturados em três eixos principais: (1) questões teóricas; (2) questões econômico-financeiras; (3) questões político-diplomáticas do relacionamento da Argentina com diferentes países, regiões e organismos internacionais –este eixo congrega a maioria dos capítulos do livro.

O tema das Malvinas, único presente em todos os volumes anteriores da coleção, com trabalhos sempre assinados pelo saudoso Alfredo Bruno Bologna, complementa o volume, mas desta vez acrescentado com um texto de autoria de Ariel Tcach.

Infelizmente, optou-se por organizar os capítulos utilizando o critério de ordem alfabética dos nomes dos autores. Uma sistematização agrupada por eixos temáticos permitiria uma melhor dinâmica de leitura, tornando a estrutura do livro mais sólida e fluente. A presente resenha será ordenada dessa maneira.

Eixo teórico

As questões teóricas são abordadas em dois capítulos. Alejandro Simonof, no capítulo 16, trata das *Interpretaciones sobre la política exterior desde el segundo gobierno kirchnerista (2007-2013)*. O autor define claramente que sua posição teórica é a “*pugiana o autonómica clásica*”, que é, segundo ele, compartilhada por alguns dos outros autores que participam do livro (Bruno Bologna, Myriam Colacrai e Gladys Lechini). Ou seja, o grupo se posiciona como herdeiro da tradição latino-americanista de Juan Carlos Puig, acrescido das releituras inovadoras dos anos oitenta (o “*posautonomismo*” de Myriam Colacrai e o “*realismo sistémico estructural*” de Luis Dallanegra Pedraza), e crítico das abordagens “*escudeana o neoconservadora*” e “*neoliberal o relacionista*”.

Atualmente, a “*escuela sócio histórica*” convergirá, em certo sentido, com o grupo “*pugiano*”, a partir de sua proposta de autonomia renovada e de sua crítica à excessiva influência anglo-saxã nas abordagens neoconservadora e neoliberal. Segundo Alejandro Simonof, os herdeiros de Puig e a escola sócio-histórica:

“*podrían estar reconfigurando un polo al interior del campo*

disciplinar que abriria nuevas perspectivas de análisis em el marco de una autonomía renovada, o posautonomía.”(p. 438).

Simonof, após sintetizara explicação que cada uma dessas diferentes abordagens deu aos efeitos da crise de 2001 na política exterior argentina, centra-se no governo de Cristina Fernández. Após breve análise, o autor chega à conclusão de que vários foram os paradigmas utilizados nesse período:

“aislacionista (Andrés Cisneros y Carlos Pérez Llana), provisoria (Russell y Tokatlián), aunque este último como Miranda le reconocen sesgos neoliberales; autonomía clásica (Bologna y Simonof); autonomista regional (Rapoport), y de continuidad del Realismo Periférico (Escudé).”(p. 447)

Entretanto, constata Simonof sobre o período: “no hemos llegado aún a respuestas definitivas”. Após esta conclusão lapidar, podemos imaginar algumas das dificuldades teóricas que os autores da compilação tiveram que enfrentar para analisar o tema proposto.

O segundo texto teórico é o capítulo 9, *La urgencia del Pueblo. Notas sobre La propuesta teórico-*

-política de Ernesto Laclau, de autoria de Emilio LoValvo. O autor parte do pressuposto de que os Estados-Nações —e não só eles— estão sendo seriamente desafiados pela globalização, devendo ser repensados a partir de um questionamento dos saberes modernos, em particular da teoria política. Nesse sentido, a obra de Ernesto Laclau, segundo LoValvo, é essencial para explicar, a partir de uma ótica pós-marxista e pós-moderna, esta nova fase definida como “capitalismo desorganizado”.

O livro *La razón populista* de Laclau servirá de base para analisar o populismo não como algo perigoso, mas inscrito no discurso que articula precariamente a totalidade/objetividade social. O autor, talvez por estar ainda desenvolvendo suas pesquisas doutorais sobre as figuras da subjetividade política propostas por Laclau —M. Hard e A. Negri— não deixa claro sua contribuição teórica para o tema do livro, se limitando a fazer considerações nem sempre muito claras.

Eixo econômico-financeiro

As questões financeiras são tratadas por José Fernández Alonso no capítulo 7: *Política económica exterior argentina. Consideracio-*

nes sobre la problemática de la inserción financiera internacional (2009-2013). O autor analisa, a partir dos discursos e ações governamentais, a nova conjuntura que vive o país após 2009, quando o recurso ao financiamento doméstico, única saída encontrada após a marginalização do país dos mercados financeiros internacionais logo da reestruturação da dívida concretada no início de 2005, encontra seus limites por causa da crise externa e da queda do valor das *commodities*.

Muitas das interrogações do autor sobre a questão da dívida residual, apesar da aceitação global de 92,5% dos credores, serão respondidas posteriormente, com a chegada ao poder de Mauricio Macri que, com apoio parlamentar, firmou um acordo com os chamados “fundos abutres”, dividindo o país em cerca de 12 bilhões de dólares nos mercados internacionais para pagá-los.

Eixo político-diplomático

No terceiro eixo, que abrange as questões específicas do relacionamento da Argentina com diferentes países, regiões e organismos internacionais, verificam-se nove capítulos dedicados a analisar relações interestatais. Destas, quatro dizem respeito a Estados

do continente americano e cinco fora dele.

Dessa forma, Anabella Busso trata, no capítulo 2, da relação bilateral com os Estados Unidos. A autora descreve a relação entre os dois países como cíclica e de baixa intensidade, alternando entre fases de crise e de recomposição, sem jamais chegar à ruptura. As razões domésticas de ambos, explicadas de forma detalhada, são consideradas como determinantes dessa relação pendular.

Natalia Ceppi, no capítulo 4, aborda a intensificação da relação com a Bolívia, focando nos temas do comércio energético –o “*combustible*” da relação–, a questão migratória –atualmente os bolivianos são o segundo maior grupo de imigrantes residentes na Argentina–, a cooperação técnica e a assinatura de acordos na área judicial e educativa.

No capítulo 5 Miryan Colacrai trata da relação com o Chile de Piñera que, em sua opinião, “*pudo haber sido mejor*”. Além da análise dos canais tradicionais de política externa, a autora inclui as dimensões das relações transgovernamentais e aquelas entre províncias e regiões. De acordo com Colacrai, a densidade nesses dois âmbitos entre a Argentina e

o Chile tem se apresentado com mais vigor do que entre o restante da região latino-americana.

María Elena Lorenzini, no capítulo 10, trata das relações estabelecidas com a Venezuela, que “*se han convertido em uma de las áreas prioritarias de ambas agendas externas*”. A autora destaca o papel das ideias na política, uma vez que argumenta que a convergência entre Buenos Aires e Caracas decorre não apenas de uma complementaridade de interesses tangíveis, mas, igualmente, do compartilhamento de convicções e princípios comuns.

Fora do continente americano, quatro são os países estudados. O capítulo 11, escrito por Sol Mora, trata das relações bilaterais com o Japão. Dotado de um balizamento cronológico mais abrangente (2006-2014), a autora realiza uma interessante análise que inclui como variáveis a crise financeira internacional (2008) e o tsunami seguido da catástrofe nuclear japonesa (2011). Dessa forma, Sol visa a traçar um quadro que permita compreender as oscilações na aproximação entre os dois países, tanto na esfera político-diplomática, como na econômico-comercial.

Carla Oliva, no capítulo 12, realiza uma abordagem multi-

dimensional nas relações com a China, o que inclui as dimensões político-diplomática, econômico-comercial, cultural e multilateral. No entanto, antes de analisar os temas supracitados, a autora, muito convenientemente, contextualiza a ascensão da China como potência econômica, incluindo o confucionismo como recurso de política externa.

No capítulo 14, Martin Quiroz aborda o fenômeno da intensificação das relações entre a Argentina e a Turquia, tendo como base a política turca delineada no “Plano de Ação para a América Latina e o Caribe”. A contribuição de Quiroz preenche uma lacuna, haja vista que a Turquia – a despeito de sua importância geopolítica –, não é um objeto de pesquisa muito recorrente no meio acadêmico sul-americano.

Finalmente, o capítulo 6, escrito por María Belén Elías, traz à tona as relações entre Argentina e Índia, destacando os condicionantes que impulsionaram a aproximação entre ambos. O texto percorre desde as características gerais da Índia até os resultados práticos, traduzidos em visitas oficiais, desenvolvimento do comércio e da agenda

econômica bilateral, assim como a assinatura de acordos entre Buenos Aires e Nova Deli.

Dois textos se ocupam de regiões. O capítulo 13, de Rubén Paredes Rodríguez, propõe a analisar os “giros” da política externa argentina em relação a três cenários inseridos no Oriente Médio. O primeiro giro é o reconhecimento do Estado Palestino. O segundo trata da transição de uma posição neutra para uma postura crítica à intervenção ocidental em países que passavam pela “Primavera Árabe”. O terceiro giro seria em relação ao Irã, por conta de pressões internas e externas para avançar no esclarecimento dos atentados.

O capítulo 8, de Gladys Lechini e Carla Morasso, apresenta as relações da Argentina com a África, continente que ressurge “*como actor relevante em la escena internacional*” graças à uma combinação de fatores que inclui: abundância de recursos naturais, uma nova –e relativa– estabilidade democrática, crescimento das economias subsaarianas e a emergência dos BRICS. Dessa forma, manifestam –se novos interesses por parte da Argentina, que por sua vez desdobram–se em novas iniciativas diplomáticas para com os países do continente.

No que concerne às relações com instituições intergovernamentais, o livro apresenta três textos. No capítulo 3: *Unión Europea – Argentina (2009-2014). Una relación en tiempos difíciles*, Marta Cabeza e Roberto Falcón elencam os “*momentos difíciles*”, que incluem o caso YPF/Repsol, as demandas argentinas e europeias ante o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) e as divergências no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No capítulo 15, *Los partidos políticos argentinos y el MERCOSUR. Las bases político-partidarias de La integración regional (1991-2011)*, Hugo Daniel Ramos visa a delinear os posicionamentos dos principais partidos políticos argentinos –o Partido Justicialista e a União Cívica Radical– ante o Mercosul, enfatizando as continuidades e rupturas ocorridas a partir da ascensão do projeto político capitaneado por Néstor Kirchner, em 2003.

Laura Vilosio, no capítulo 18, intitulado *Mercosur 2007-2013: un cambio de paradigma*, é traçado objetivando explicar a dualidade vivenciada pelo bloco. Por um lado, poucos esforços são

feitos para aperfeiçoar a união aduaneira, ao passo que emergem iniciativas interessantes, tais como o **Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)**, o Parlamento do Mercosul e outros órgãos destinados para o tratamento de questões sociais. **A autora argumenta** que se trata de um processo de mudança de paradigma, uma vez que o Mercosul parece deslocar o objetivo do mercado comum para um segundo plano, enquanto agendas envolvendo a redução das assimetrias, o desenvolvimento produtivo e matérias sociais ganham destaque.

Quanto ao já citado tema das Malvinas, há o capítulo 1, de Alfredo Bruno Bologna, *Malvinas: una política activa frente al Reino Unido y La Comunidad Internacional*, cujo objetivo é apresentar as mudanças dos últimos anos do governo de Cristina Fernández, enfatizando tanto a dimensão interna como a externa – neste ponto, destaca-se a postura ativa da presidenta em foros internacionais, especialmente as Nações Unidas.

No capítulo 17, intitulado *CELAC: su conformación y la solidaridad regional en torno a La cuestión de las islas Malvinas*, Ariel Tcach aborda a genealogia

da CELAC e o papel da organização no apoio à Argentina sobre a questão das Malvinas, valendo-se para tanto de uma **sólida base documental que inclui** declarações, comunicados e discursos presidenciais.

Conclusão

Pode-se dizer que este volume é de grande relevância para aqueles que desejam compreender a política exterior da Argentina durante o governo de Cristina Fernández. Esse fato se deve tanto no que tange à variedade de temas como na qualidade geral dos textos apresentados.

A ausência de um capítulo voltado para as relações com o Brasil é uma lacuna que chama atenção nesta obra. No entanto, esse problema é **devidamente contrabalançado** pela presença de temas menos convencionais, como as relações com a Turquia, o Japão e o Oriente Médio.

Valendo-se de um equilíbrio quase perfeito entre linguagem acessível e rigor acadêmico, o público-leitor tem à sua disposição mais uma excelente publicação do CERIR.

